

A MEMÓRIA É UMA ILHA DE EDIÇÃO: UM ENQUADRAMENTO TEÓRICO PARA PESQUISAS SOBRE ENTREVISTAS E MEMÓRIA¹

Carlos Eduardo Oliva de C. Rêgo²

José Amaral Cordeiro Jr.³

Paloma Maria Rodrigues Augusto⁴

Roberto Mosca Jr.⁵

RESUMO: Neste artigo, proporemos um enquadramento teórico para pesquisas sobre entrevistas e memória. Inicialmente, apresentaremos um referencial geral composto por obras de Pierre Bourdieu (2006), Giovanni Levi (2006), Michel Pollak (1989) e Beatriz Sarlo (2007), visando explicitar algumas das abordagens teóricas sobre trajetórias, biografias, memória e subjetividade nas quais alguém que realize pesquisas utilizando entrevistas e memória possa se fundamentar. Em seguida, trataremos especificamente das concepções de memória apresentadas por Maurice Halbwachs (1990) em *A Memória Coletiva*, por Michael Pollak (1989) em *Memória, Esquecimento, Silêncio* e por Walter Benjamin (2012) em *O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, bem como as distintas maneiras como esses autores conceberam as categorias “indivíduo”, “história” e “espaço”, discutindo ainda, em linhas gerais, a função que cada um deles atribuiu ao “esquecimento”. Abordaremos a dimensão da memória enquanto algo que está em constante processo de construção e desconstrução, que é o que todos os autores citados nos permitem notar, com o intuito de compartilhar essa nossa perspectiva para demais pesquisadores interessados em marcos referenciais teóricos para pesquisas sobre entrevistas e memória.

Palavras-chave: Entrevistas, Memória, Biografias, Esquecimento

ABSTRACT: In this article, we will propose a theoretical framework for research on interviews and memory. Initially, we will present a general framework composed of works by Pierre Bourdieu (2006), Giovanni Levi (2006), Michel Pollak (1989) and Beatriz Sarlo (2007), aiming to explain some of the theoretical approaches on trajectories, biographies, memory and subjectivity in which someone who conducts research using interviews and memory can

¹ Os autores, que trabalharam e/ou ainda trabalham com pesquisas envolvendo entrevistas e memória em suas pesquisas para dissertação de mestrado e/ou teses de doutorado, agradecem aos professores José Reginaldo Gonçalves (PPGSA/UFRJ) e Maria Paula Araújo (PPGHIS/UFRJ) pelos cursos por eles ministrados em que o referencial teórico tratado neste artigo foi indicado para leitura e reflexão, respectivamente, *Teorias da Memória e História e Histórias de Vida*.

² Doutor e mestre em Ciência Política pela UFF. Especialista em Ensino de Sociologia pelo CPII. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFRJ. Graduando em Direito pela UERJ. Pesquisador (CNPq) e vice-líder do Laboratório de Educação em Direitos Humanos do Colégio Pedro II - LAEDH/CPII. Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.

³ Doutorando em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ e mestre em Sociologia pelo PPGSA/UFRJ. Especialista em Ensino de Sociologia pelo CPII. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFRJ. Pesquisador (CNPq) do LAEDH/CPII, na linha de pesquisa do Grupo de Estudos em Ciências Sociais e Memória (GECISME). Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.

⁴ Doutoranda e mestre em Antropologia pela UFF. Especialista em Ensino de Sociologia pelo CESPEB-UFRJ. Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela UFRJ. Integrante do NARUA/UFF.

⁵ Doutorando e mestre em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UERJ. Pesquisador (CNPq) do LAEDH/CPII, na linha de pesquisa do Grupo de Estudos em Ciências Sociais e Memória (GECISME). Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.

support it. Then, we will deal specifically with the conceptions of memory presented by Maurice Halbwachs (1990) in *On Collective Memory*, by Michael Pollak (1989) in *Memory, Oblivion, Silence* and by Walter Benjamin (2012) in *The Narrator – considerations on the work of Nikolai Leskov*, as well as the different ways in which these authors conceived the categories “individual”, “history” and “space”, also discussing, in general terms, the function that each of them attributed to “oblivion”. We will address the dimension of memory as something that is in a constant process of construction and deconstruction, which is what all the cited authors allow us to note, in order to share our perspective with other researchers interested in theoretical frameworks for research on interviews and memory.

Keywords: Interviews, Memory, Biographies, Oblivion

Quem procura aproximar-se do seu próprio passado soterrado tem de se comportar como um homem que escava.
Escavar e Recordar - Walter Benjamin

A memória é uma ilha de edição.
Carta aberta a John Ashbery - Waly Salomão

Introdução

Neste artigo, proporemos um enquadramento teórico para pesquisas sobre entrevistas e memória. Inicialmente, apresentaremos um referencial geral composto por obras de Pierre Bourdieu (2006), Giovanni Levi (2006), Michel Pollak (1989) e Beatriz Sarlo (2007), visando explicitar algumas das abordagens teóricas sobre trajetórias, biografias, memória e subjetividade nas quais alguém que realize pesquisas utilizando entrevistas e memória possa se fundamentar. Em seguida, trataremos especificamente das concepções de memória apresentadas por Maurice Halbwachs (1990) em *A Memória Coletiva*, por Michael Pollak (1989) em *Memória, Esquecimento, Silêncio* e por Walter Benjamin (2012) em *O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, bem como as distintas maneiras como esses autores conceberam as categorias “indivíduo”, “história” e “espaço”, discutindo ainda, em linhas gerais, a função que cada um deles atribuiu ao “esquecimento”.

Assim, sobre *A Memória Coletiva* de Halbwachs, destacaremos a importância concedida pelo autor à memória coletiva e sua oposição à existência de uma memória estritamente individual, apresentaremos sua perspectiva durkheimiana de indivíduo e o valor que o autor atribuiu à memória histórica e, ainda, abordaremos o papel central que a categoria espaço desempenha na memória coletiva, de acordo com seu pensamento.

Quanto ao referido ensaio de Walter Benjamin, *O Narrador*, será a oposição entre a figura do narrador e a do romancista o ponto de partida para tratarmos do declínio da narrativa

e sua consequência direta na produção de uma nova modalidade de comunicação e, conseqüentemente, de memória. A modernidade e a divisão do trabalho social aparecem como o pano de fundo para se tratar de novas formas de sociabilidade e da função que o autor atribuiu à memória em tal contexto.

E em relação ao último texto, *Memória, Esquecimento, Silêncio* de Pollak, procuraremos ressaltar a importância que o autor conferiu aos processos e aos atores que ajudam a produzir memórias, a partir de seu ponto de vista distinto da perspectiva de Halbwachs, no qual o foco está naquilo que Pollak chamou de memórias subterrâneas, e sua disputa com as memórias oficiais e coletivas.

Por fim, é importante dizer, conforme apontam as epígrafes deste artigo, que neste texto procuraremos abordar como a memória coletiva e a memória individual são, ambas, resultado de um esforço. Essa dimensão da memória enquanto algo que está em constante processo de construção e desconstrução, que é o que todos os autores citados nos permitem notar, orientará nossa exposição, com o intuito de compartilhar essa nossa perspectiva para demais pesquisadores interessados em marcos referenciais teóricos para pesquisas sobre entrevistas e memória.

1. Para além da ilusão biográfica⁶

Um dos textos de maior importância para pesquisas sobre entrevistas e memória é, sem dúvida, *A Ilusão Biográfica* de Pierre Bourdieu (2006). Especialmente pelo cuidado com que discute a propensão de investigados se tornarem “ideólogos de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência” (BOURDIEU, 2006, p.184-185), ao mesmo tempo em que destaca o quanto o investigador vai sendo levado a “aceitar essa criação artificial de sentido”. Sua citação de Allain Robbe-Grillet, de que o romance moderno descobriu que “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório” (ROBBE-GRILLET apud BOURDIEU, 2006, p.185) exige que se leve tal constatação em consideração: efetivamente, as trajetórias com que nos deparamos e com as

⁶ Esta seção se serve das reflexões já apresentadas anteriormente por Oliva C. Rêgo (2019).

quais ainda nos depararemos podem ser tratadas a partir de uma seleção de certos acontecimentos significativos com conexões estabelecidas entre si, para obterem coerência, ainda que tenhamos em mente que, evidentemente, tais “trajetórias” não se deram de modo tão coerente, mas como produto de acontecimentos sobrepostos e não raras vezes ocorridos aleatoriamente.

Diante desta reflexão, sempre caberá analisarmos bem os processos sociais que atuam na construção dessas trajetórias, aqui compreendidas, de acordo com Bourdieu, “como séries de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2006, p.189). A analogia de Bourdieu cai bem:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 1989, p.189-190)

Para Bourdieu, não podemos compreender uma trajetória

sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo na qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniu o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontarmos com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1989, p.190).

Outro texto que certamente contribuiu muito com nossa reflexão acerca de pesquisas com entrevistas e memória foi o de Levi (2006), no qual o autor aponta que vivemos uma fase intermediária entre outras épocas, uma em que “se podia narrar a vida de um homem abstraindo-se de qualquer fato histórico” e outra “em que era possível relatar um fato histórico abstraindo-se de qualquer destino individual” (LEVI, 2006, p.167). Para Levi, contudo, o entusiasmo dos historiadores pela biografia e pela autobiografia merece observações. Levi ressalta a importância do referido ensaio *A Ilusão Biográfica* de Bourdieu, em que o sociólogo considerou ser indispensável, como vimos acima, a reconstrução do contexto, da “superfície social” em que agem os indivíduos a cada instante, em variados campos (LEVI, 2006, p.169). O autor então defende a questão, colocada pelos historiadores: como indivíduos se definem (conscientemente ou não) em relação ao grupo ou classe a que pertencem, conforme estruturas

sociais (entendidas como redes de relações, menos mecânica e esquemática) se desfazem e se fazem, bem como suas análises?

Destarte, sempre pretendemos ter uma perspectiva em nossas pesquisas mais próxima a aquela que Levi menciona ao tratar da abordagem que chamou de biografia e contexto, buscando, porém, diante da objeção do próprio autor quanto a esta abordagem, de que “pode-se alegar, no entanto, que o contexto é frequentemente apresentado como algo rígido, coerente, e que ele serve de pano de fundo imóvel para explicar a biografia” (LEVI, 2006, p.176), ao não tratarmos o contexto de modo rígido, coerente e nem como pano de fundo imóvel: para nós, as trajetórias individuais se relacionam com o contexto, cabendo que identifiquemos de que maneira os entrevistados puderam atuar sobre este contexto.

Para Levi, há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto, mas cabendo mostrar “que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis” (LEVI, 2006, p.180).

“Alertados” por Levi, em nossas pesquisas buscamos levar em consideração que indivíduos possuem distintas disposições, obedecem a distintos modos de decisão e agem não apenas em função de cálculos de ganhos e perdas. Pretendemos refletir sobre a cooperação e os conflitos, as redes e as tensões, entre os entrevistados e as instituições com que interagiram, as disputas no interior dos campos em que atuaram (como o campo científico, o campo intelectual, o campo cultural, etc.), buscando não pressupor uma coesão do grupo, pois há diferenças individuais numerosas e, conforme Levi, impossíveis de serem interpretadas, ainda mais nas relações entre indivíduos e grupos, entre indivíduos e instituições e entre grupos e instituições.

Pollak (1989) em *Memória, Esquecimento, Silêncio*, apoiado inclusive em Halbwachs, demonstra o quanto há de propriamente político na disputa pela memória, sendo aquilo que se quer lembrar ou esquecer um espaço de enquadramento de visões-versões sobre outras memórias, memórias subterrâneas; havendo uma dimensão conflitiva da memória, objeto de negociações entre lembrança e esquecimento.

Por isso, consideramos fundamental para que se compreenda o quanto há razões políticas e pessoais para o esquecimento, de acordo com Pollak, que ainda destaca a vivacidade das lembranças individuais e de grupos durante dezenas de anos e até mesmo séculos. Tal

vivacidade está presente em todos os grupos de que haja remanescentes a se entrevistar na busca por memória.

Pollak aponta que “a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável” separa “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor”. Conforme as circunstâncias, segundo Pollak, “ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado.” (POLLAK, 1989, p.8) E mais à frente, ao se referir ao enquadramento da memória, diz que “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (idem, p.9).

A crítica aos documentários como instrumento de rearranjo da memória coletiva realizada pelo autor também é importante para pesquisadores sobre entrevistas e memória, pois exemplifica uma situação também discutida por Beatriz Sarlo (2007) em *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Aliás, Sarlo (2007) traça no terceiro capítulo desse seu livro, *A Retórica Testemunhal*, um ponto em comum nos processos que se deram com o fim das ditaduras latino-americanas e a escrita na década de 1980 de novos capítulos sobre o holocausto: a tomada da palavra pelas vítimas e seus representantes (seus narradores, antropólogos, jornalistas) e o ato de lembrar passando a ser a atividade de restauração de laços perdidos pelo exílio ou pela violência.

Com isso, de acordo com Sarlo – para quem a memória é um bem comum, um dever, uma necessidade de ordem jurídica, política e moral – novas esferas de debate foram produzidas, floresceram discursos testemunhais, indispensáveis para a restauração de uma esfera pública de direitos.

Mas a autora aponta para a ilusão – observação fundamental – de que seja possível não se esquecer nada, para ela, uma “utopia”. Os relatos testemunhais são discurso (possuem um narrador implicado nos fatos, que não persegue uma verdade externa ao momento em que foi enunciada), sendo inevitável que a marca do presente no ato de narrar o passado, se dê. E o passado se distorce para introduzir-se coerência. Assim, uma hegemonia do presente sobre o passado no discurso se apoia na memória e na subjetividade.

No limite está a utopia de um relato “completo” e a tendência, nas palavras da autora, ao detalhe e acúmulo de precisão cria a ilusão de que o concreto da experiência passada ficou capturado no discurso. O discurso da memória transformado em testemunho tem a ambição da autodefesa, quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro. Justamente por isso é atribuído a ele um efeito reparador de subjetividade.

Mas a disciplina histórica deve se localizar exatamente longe dessa utopia de que sua narração possa incluir tudo. Assim, Sarlo citando Susan Sontag, indica sua crítica central: segundo ela, o relato individual e a opinião pessoal ocupam muitas vezes o lugar da análise. E a memória não é invariavelmente espontânea. A intervenção, como recurso usado por exemplo, por Claude Lanzmann em seu fazer artístico como diretor de cinema, é um jeito de forçar a memória e sua codificação numa narração convencional, sobre a qual se exerce a pressão de um conhecimento construído no presente, e não é preciso recorrer sequer à ideia de manipulação para mencionar tal argumento. Sarlo critica igualmente o fetichismo documental da história científica do século XX, afirmando, porém, que documentos, manifestos, cartas, jornais, são fontes ricas e que seria insensato deixá-las de lado, uma vez que frequentemente dizem muito mais que as lembranças dos protagonistas, afinal, mais do que se limitar às lembranças que eles têm agora de como eram e agiam, saber como pensavam pode ser alcançado nestas fontes, sem a pretensão reificante da subjetividade nem o interesse de expulsá-la da História.

Conhecermos as críticas deste terceiro capítulo do livro de Sarlo foi crucial para nossas pesquisas. Especialmente por ela aí se colocar contra um *Mito da Memória*, questionando o quanto o peso da reverberação das ideias restou nas narrações testemunhais e o quanto subsiste de um determinado teor ideológico da vida política nas narrações testemunhais: “quando uma narração memorialística concorre com a História e se apoia sua exigência nos privilégios de uma subjetividade que seria sua garantia (...), ela se coloca, pelo exercício de uma imaginária autenticidade testemunhal, numa espécie de limbo interpretativo.” (Sarlo, 2007, p.67-68)

O que se sugere destas leituras é a necessidade, portanto, da nossa sensibilidade na pesquisa, junto à importância de entendermos a memória como uma construção-versão, isto é, uma representação socialmente construída sobre o passado, compreendendo que a memória não é a narrativa do que houve, mas o modo como se optou por representar um passado, seja em uma entrevista (e, no contexto da pandemia de Covid-19, em uma “live”, por exemplo) ou em um relato escrito por alguém que vivenciou uma experiência.

Com essas observações preliminares, que constituem um referencial teórico que baliza um trabalho a ser feito com utilização de entrevistas e memória – sem prejuízo de outras referências metodológicas para a realização, na prática, de entrevistas, como planejamento do roteiro e da execução, indicação do grupo a ser entrevistado e ordem das realizações, definição de local e tempo, gravação das entrevistas após planejamento material, verificação de sua qualidade, transcrição do código oral para o código escrito, conferência da gravação (validação), autorização para o uso, arquivamento e análise, eventualmente sua publicação, e sempre com o controle do andamento a partir do cronograma estabelecido⁷ – a seguir trataremos de teorias da memória.

2. A Memória Coletiva de Maurice Halbwachs

A concepção de *memória* que Maurice Halbwachs apresenta em *A Memória Coletiva* se opõe à concepção de memória de Henri Bergson, de quem fora aluno. Para Bergson, a memória funcionaria como um arquivo no qual “o passado permanece inteiramente dentro de nossa memória, tal como foi para nós; porém alguns obstáculos em particular, o funcionamento do nosso cérebro, impedem que invoquemos dele todas as partes.” (HALBWACHS, 1990, p.52) Para Halbwachs, pelo contrário, não haveria uma memória estritamente individual, sendo *sempre* um trabalho coletivo, apesar do autor reconhecer que existe um espaço para memória individual, não sendo possível, segundo ele, traçar uma fronteira entre uma e outra.

Seu ponto de vista é durkheimiano. Logo, o *indivíduo* em sua concepção é, antes de mais nada, um *ser social*. Para ele, mesmo quando o indivíduo se encontra só, nunca está “só” de fato, pois “seus pensamentos e seus atos se explicam pela sua natureza de ser social, e que

⁷ Nesses mesmos termos práticos, é importante para pesquisadores sobre entrevistas e memória o recurso à História Oral, não considerando apenas as narrativas, mas a análise das entrevistas com cruzamento documental, em trabalho de maior abrangência, mas em que a História Oral será fundamental quando não houver documentos a respeito de algum aspecto a ser melhor compreendido (lacunas documentais), o que não quer dizer que não se deva valorizar as narrativas construídas, não tendo como motor apenas a inexistência de documentos, mas um interesse por conhecer argumentos de um segmento que não vem tendo oportunidade de sair do silenciamento em que se encontra. Mais do que informações, os pesquisadores sobre entrevistas e memória querem compreender o contexto, a ser iluminado pelas versões que pretendem conhecer. Assim, a História Oral pode ser o “nervo metodológico” das pesquisas do tipo a que aqui nos referimos, parafraseando Meihy & Ribeiro (2011), na condição de método imprescindível de ser utilizado para realização plena de objetivos. Obviamente, com fins acadêmicos e não institucionais, buscando fundamentação teórica e dentro de um estudo, sem interesse corporativo ou de mero reconhecimento social, respeitando os critérios e normas de conduta do uso da História Oral, como metodologia que envolve possibilidades e estilos de investigação e questões teóricas próprias, que revigoraram o recurso a depoimentos e relatos nas Ciências Sociais desde a década de 1980. (Cf. MEIHY & RIBEIRO, 2011)

em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade” (HALBWACHS, 1990, p.24). Assim, para Halbwachs, a *memória individual* aparece aqui como uma elaboração do social, uma vez que o próprio pensamento humano operaria dentro de categorias como *tempo* e *espaço*, que são socialmente construídas.

De acordo com o autor, a *memória coletiva* não se confunde com a *memória histórica*, pois, segundo ele, “no desenvolvimento contínuo da memória coletiva, não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos. Para ele, a *história* seria apenas uma compilação de fatos, não sendo então um ponto de sustentação da memória coletiva, pois “se a memória coletiva não tivesse outra matéria senão séries de datas e listas de fatos históricos, ela não desempenharia senão um papel secundário na fixação de nossas lembranças” (HALBWACHS, 1990, p.39).

A memória coletiva, então seria sustentada pelos grupos sociais: as sequências de acontecimentos que fazem parte da história nacional não seriam representativas da memória coletiva. Como diz Halbwachs, a necessidade de uma historicidade surge justamente quando termina a tradição, quando a memória coletiva não existe mais, pois a memória coletiva é, ela própria, a tradição:

De tudo o que foi dito anteriormente se conclui que a memória coletiva não se confunde com a história, e que a expressão “memória histórica” não foi escolhida como muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história, sem dúvida, é a compilação de fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos na escola, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que; não se impunham ao círculo de homens que dele guardaram muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. (HALBWACHS, 1990, p.55)

Nesta obra, o *espaço* é uma categoria privilegiada pelo importante papel que desempenha na memória coletiva, pois “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial.” (HALBWACHS, 1990, p.99) A memória se apoiaria, portanto, em imagens espaciais. Porém, cabe ressaltar, que não se trata da categoria *espaço* enquanto categoria pura, mas como espaço coletivo, social, classificado. Diz o autor: “concentremo-nos agora, fechemos os olhos, remontem o curso do tempo tão longe quanto nos seja possível, tanto quanto nosso pensamento possa fixar em cenas ou pessoas das quais conservamos, a lembrança. Jamais saímos do espaço.” (HALBWACHS, 1990, p.111). Segundo ele, a maioria dos grupos

imprimem de alguma maneira sobre o *espaço* a sua marca, sendo o *espaço* um dos meios pelos quais a lembrança é evocada.

O esquecimento, assim, conserva uma relação dialética com a memória, pois *lembrar* é ao mesmo tempo *esquecer*. No entanto, os espaços sociais, na perspectiva do autor, são os mais bem-sucedidos no sentido de superar o esquecimento, pois como diz Halbwachs (1990, p.100)

É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir- que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembrança.

3. O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov de Walter Benjamin

Em *O Narrador*, Walter Benjamin constata que a experiência da arte de narrar está em vias de extinção. Isso porque a sociabilidade produzida pela vida moderna nas grandes cidades, estaria nos privando “de uma faculdade que nos parecia totalmente segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências.” (BENJAMIN, 2012, p.213).

Porém, antes de ser um pessimista, o que o ensaio de Benjamin nos ajuda a compreender é a função da memória na modernidade, pois, ao constatar o declínio da narrativa, observa que, longe de ser um ‘*sintoma de decadência*’ da modernidade, este declínio seria “muito mais um sintoma das forças produtivas seculares históricas, que expulsam gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo, conferido, ao mesmo tempo, uma nova beleza ao que está desaparecendo” (BENJAMIN, 2012, p.217).

Segundo Benjamin o surgimento do romance seria um dos responsáveis pelo fim da nossa capacidade de narrar. Das diferenças entre o narrador e o romancista, apontadas pelo autor, podemos perceber duas concepções de memória: uma memória singular (romancista) X uma memória coletiva (narrador). Com isso,

O que se anuncia nessas passagens é a memória perpetuadora do romancista, em contraste com a breve memória do narrador. A primeira é consagrada a *um* herói, *uma* peregrinação, *um* combate; a segunda, a muitos fatos dispersos. Em outras palavras, a reminiscência (Eingedenken), musa do romance, surge ao lado da memória (Gedächtnis), musa da narrativa, depois que a desagregação da poesia épica apagou a unidade da origem comum na rememoração (Erinnerung). (BENJAMIN, 2012, p.228)

Diferentemente do romancista, o narrador seria o homem que vive em uma relação com o cosmo, faz parte do universo. O narrador, diferente do romancista, que busca um sentido

individualizado para a vida, é ainda capaz de dar conselhos, pois “pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador infunde substância mais íntima também naquilo que sabe por ouvir dizer)”. Esse tipo de relação permite a produção de uma memória épica, uma vez que “o conselho tecido na substância da vida vivida tem um nome: sabedoria. A arte de narrar aproxima-se de seu fim porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção” (BENJAMIN, 2012, p.240).

Contudo, para que haja um narrador, é necessário que existam pessoas dispostas a ouvi-lo. Nesse sentido, a vida na cidade e a divisão do trabalho social modificaram completamente a maneira como os homens se relacionam com o meio social. Afinal, a narrativa exige um tipo de relaxamento que não é possível de se obter mais na cidade, que exige um tempo mais lento para que a ouvinte possa fazer as ligações e conexões necessárias para apreender a narrativa. Assim, a arte de narrar se perde, “porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve uma história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente grava o que é ouvido” (BENJAMIN, 2012, p.221): é preciso esquecer de si, para apreender uma narrativa e também se tornar um narrador. A necessidade de atenção exigida pela vida na modernidade, faz com que cada vez mais os indivíduos se esqueçam das coisas que vivenciam no seu cotidiano.

Finalmente, a respeito de sua concepção de história, o autor apresenta dois personagens: o historiador e o cronista. O historiador, segundo Benjamin, precisa lidar com fatos que sejam explicáveis, “ele não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo”. Já o cronista está, segundo ele, desde o início liberto do ônus da explicação verificável: sua história é a história do mundo. (BENJAMIN, 2012, p.226)

4. Memória, Esquecimento, Silêncio de Michael Pollak

Memória, Esquecimento, Silêncio de Michael Pollak é um diálogo com a concepção de *memória* de Halbwachs. Contudo, sua perspectiva difere deste último, uma vez que Pollak não pretende “evidenciar as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão, mas pela adesão afetiva do grupo” (POLLAK, 1989, p.03), mas abordar os processos e os atores que estão envolvidos na constituição e formalização das memórias. Sua intenção foi “privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história

oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial” (POLLAK, 1989, p.04).

As “memórias subterrâneas”, segundo Pollak, afloram em momentos de crise e, quando isso ocorre, a memória entra em disputa. Mas, antes de aflorarem, quando afloram, essas memórias revelam “um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais” (POLLAK, 1989, p.12), acentuando, segundo o autor, “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional.” (POLLAK, 1989, p.04)

Isso ocorre porque, quando contamos sobre a nossa vida para alguém, de maneira geral buscamos estabelecer coerência entre acontecimentos de nossa vida e acontecimentos-chave da vida social na qual estamos inseridos, buscando dar a eles um ordenamento lógico. Como diz Pollak, é através desse trabalho de reconstrução de si mesmo que o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLAK, 1989, p.13). Isso se torna uma grande dificuldade para as pessoas, que, por algum motivo, pertencem ou pertenceram a grupos marginalizados socialmente.

A história, no contexto abordado pelo autor, é a responsável por disponibilizar o material que irá sustentar o trabalho dos indivíduos de enquadramento da memória. Segundo Pollak (1989, p.9-10), o material que a história disponibiliza poderá “ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”. A história necessita, segundo ele, sempre de justificação.

Assim, as memórias subterrâneas não são gestadas apenas nos indivíduos, segundo o autor. Elas também operam no espaço da família, das associações, das redes de sociabilidade afetiva, política. São, segundo Pollak (1989, p.8), “lembranças proibidas (caso dos crimes stalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante”.

Neste caso, os silêncios, as dificuldades de contar algo vivido, não são fruto apenas de um mecanismo inconsciente. Pelo contrário, são resultado de uma

reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir o passado. Na ausência de toda a possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio – diferente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente, como no caso do sobrevivente judia que escolher permanecer na Alemanha. (POLLAK, 1989, p.13)

Entretanto, como a memória pode sempre vir a entrar em disputa, “as fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.” (POLLAK, 1989, p.8)

Conclusão

Em linhas gerais, após uma reflexão sobre referenciais mais amplos para se fundamentar pesquisas com entrevistas e memória, nos servindo de Bourdieu (2006), Levi (2006), Pollak (1989) e Sarlo (2007), ainda destacamos neste artigo diferentes concepções de memória presentes nas referidas obras de Halbwachs, Benjamin e Pollak. No trabalho de Halbwachs, observamos que a memória coletiva e a memória individual mantêm entre si uma relação intrínseca, enquanto que em *O Narrador*, Benjamin aponta uma diferença entre dois tipos de memória, a do narrador e a do romancista, que tem origem, segundo ele, com o surgimento do romance. Já no artigo de Pollak, o autor chama a atenção para a existência de memórias subterrâneas, que podem estar presentes em indivíduos que fazem parte de grupos minoritários.

Nas perspectivas de Halbwachs e Pollak, o indivíduo elabora sua memória pessoal sempre em diálogo com uma memória coletiva ou uma memória oficial. Já no ensaio de Benjamin, a memória individual, psicologizada, eternizante aparece como resultado direto das novas formas de sociabilidade presentes na modernidade. Nos três autores podemos perceber a importância da dimensão espacial, tanto como categoria de pensamento como espaço físico através do qual ocorrem todo o tipo de relações sociais.

A história, especificamente, é enfocada pelos autores de maneiras distintas. Enquanto para Halbwachs ela seria uma mera compilação de fatos, em Benjamin não percebemos uma visão progressiva de história, mas sim uma alteração na função dos restritos históricos, que, com o declínio da narrativa, passam a figurar dentro de uma nova forma de comunicação, na qual a verificabilidade é condição primeira para a legitimidade. Já em Pollak a história é

concebida como algo que está sempre em diálogo com as necessidades de justificação que emergem no presente.

Por fim, ainda que não se note de forma explícita, como em *Memória, Esquecimento, Silêncio*, o esquecimento é uma dimensão importante para todos os autores, uma vez que a memória e o esquecimento operam de maneira dialética. A função principal do esquecimento é fazer lembrar, uma vez que, sem o esquecimento, não é possível produzir uma memória qualitativa, já que toda memória é elaborada a partir de um processo de construção, no qual operações classificatórias demarcam o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado.

Halbwachs chama ainda a atenção para a importância do espaço para a conservação da memória, já que é um dos elementos para resistência ao esquecimento. Benjamin esclarece o quanto a vida na modernidade passou a operar diretamente na capacidade cognitiva dos indivíduos, onde a necessidade de constante atenção e vigilância diminui nossa capacidade de lembrar de nossas vivências cotidianas. E Pollak (1989, p.14) mostra como o esquecimento pode ser resultado de um processo consciente praticado por indivíduos e grupos que não conseguem comunicar suas memórias em seu meio social. Em todos os casos, contudo, “mesmo ao nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida”.

Esperamos, com essas reflexões, contribuir, portanto, com pesquisadores sobre entrevistas e memória e com uma compreensão acerca do trabalho de pesquisa desse tipo, como aquele realizado, por exemplo, pelo Grupo de Estudos em Ciências Sociais e Memória (GECISME), vinculado ao Laboratório de Educação em Direitos Humanos do Colégio Pedro II, que vem se orientado pelas reflexões propostas no presente artigo⁸.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. O Narrador In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes &

⁸ A nosso ver, as pesquisas sobre história do ensino de Sociologia, por exemplo, ainda carecem de reflexões de ordem teórico-metodológica. Há autores que vem propondo uma reflexão nesse sentido, estimulando o recurso às fontes primárias, trazendo contribuições da história das disciplinas escolares, da manualística e de certa Sociologia disposicionalista. No que pesem os avanços galgados nos últimos anos, no entanto, temos sentido falta de considerações sobre os processos sociais de construção da memória, o que buscamos realizar no presente artigo.

AMADO, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom & RIBEIRO, Suzana Salgado. *Guia Prático de História Oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

RÊGO, Carlos Eduardo Oliva C. *Sob os (des) caminhos da Política: a Ciência Política na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e as trajetórias de seus professores*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019. (Tese de Doutorado em Ciência Política)

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.3-13.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.